

DIÁLOGOS SOBRE VIOLÊNCIAS E DESIGUALDADES SOCIAIS DE MULHERES AUTODECLARADAS NEGRAS QUE ESTUDAM NA FCA/UNICAMP

Palavras-Chave: Feminismo negro. Interseccionalidade. Saúde Coletiva.

Autoras:

JULIA CARVALHO TIBURCIO, FCA-UNICAMP

Prof^(a). Dr^(a). JOSELY RIMOLI (orientadora), FCA-UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A violência doméstica se configura como um importante pilar do poder patriarcal e corrobora para a consequente desigualdade entre homens e mulheres que precisa ser combatida por toda a sociedade, não apenas por mulheres (RIBEIRO, 2017).

O machismo estrutural é uma das mazelas do poder patriarcal e consiste na definição e hierarquização das identidades e funções de mulheres e homens dentro da dinâmica social, acentuando a ideia da supremacia masculina.

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

Nesse contexto, a própria conjuntura da palavra gênero e a necessidade de diferenciar homem e mulher servem para o mesmo efeito que é de salientar as desigualdades, sobretudo quando se visualiza a real situação das mulheres no contexto social de trabalho, familiar, educacional e na perspectiva até da violência doméstica (MELO, 2003).

María Lugones, socióloga, filósofa, professora e ativista argentina, entende o conceito de gênero sob uma perspectiva de herança histórica do colonialismo e a partir de tal, desenvolveu o conceito de “colonialidade de gênero”, uma teoria crítica que aborda o sistema de gênero colonial/moderno como característica estrutural das sociedades colonizadas onde é inegável a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, as quais precisam ser interpretadas em conjunto para que se possa perceber claramente as violências e desigualdades sociais (LUGONES, 2020).

O termo “interseccionalidade” foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, conceituando as “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177), focando mais especificamente nas discriminações, desigualdades, violências e privação de direitos geradas pelo racismo, patriarcalismo e opressão de classes. Porém, no período histórico anterior, outras pensadoras e ativistas como Sojourner Truth e Angela Davis também enxergavam as diversas opressões sociais como indissociáveis, trazendo em seus discursos análises anticapitalistas, anti racistas e anti-sexistas, denunciando as violências e defendendo que raça, classe e gênero não poderiam ser pensadas de forma indissociável (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016).

Lélia Gonzalez, estudiosa brasileira pioneira nos estudos sobre a cultura negra no Brasil, também aborda a articulação entre raça, classe e gênero. A autora traz à tona a identidade da mulher negra como “mãe preta e mucama, mulata e doméstica”, estereótipos que sempre relacionavam essa figura à sexualidade e ao trabalho pesado, mal remunerado e menos valorizado socialmente, limitando seu lugar na sociedade, uma vez que a ascensão social desses status não são viáveis, carregando o peso histórico da escravidão e da violência sexual (GONZALEZ, 1984).

No percurso de pesquisa, foram realizadas leituras de mulheres feministas negras buscando uma reflexão que embasasse e delimitasse a problemática a ser estudada nessa iniciação científica: os diálogos sobre violências e desigualdades sociais de mulheres autodeclaradas negras. Djamila Ribeiro argumenta que “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2019, p. 69). O lugar que cada mulher ocupa é único e, portanto, existe uma multiplicidade de vozes. É de suma importância ouvir essas vozes, suas histórias, conhecer sua realidade e as violências que já sofreram.

METODOLOGIA:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, social e participativa. Maria Cecília Minayo (2000) defende que a proposta metodológica qualitativa é capaz de alcançar as respostas mais subjetivas de uma realidade que não pode ser quantificada. Ela consegue alcançar “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (MINAYO, 2001, p. 21).

Outro referencial teórico-metodológico a ser utilizado será a Pesquisa Participante, que permite uma visão inserida na realidade do fenômeno estudado uma vez que a pesquisadora se encontra em contato direto com a problemática a ser estudada através do auto relato das participantes (BRANDÃO, 2006).

Durante as oficinas também foi utilizada a Metodologia Problematizadora, descrita por Paulo Freire (FREIRE, 1993), além das demais metodologias já citadas, de acordo com os seguintes passos: (1) Acolhimento e compartilhamento do espaço de fala; (2) Identificação de problemas a partir da percepção dos participantes; (3) Reflexão coletiva e sistematização das experiências: intersubjetivação das experiências compartilhadas, permitindo a construção de um panorama de relações sociais, questionamentos e até possíveis soluções.

Como estratégias metodológicas foram utilizadas rodas de conversas e atividades artísticas. O registros das informações coletadas se deu através de registros em caderno de campo, onde serão transcritas as falas das participantes de forma anônima, e por meio de fotografias, produções de expressões gráficas e corporais.

Durante todo o percurso de pesquisa, foram realizadas leituras de autoras nacionais e internacionais do feminismo negro, como Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzales e Djamila Ribeiro, buscando-se o embasamento teórico para delimitar a problemática a ser discutida nesta produção, viabilizando os diálogos sobre violências e desigualdades sociais de mulheres autodeclaradas negras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram estruturadas e divulgadas as oficinas culturais, de PICS e rodas de conversa que seriam oferecidas às participantes, um grupo pessoas autodeclaradas mulheres e negras, identidade que historicamente foi negada por muito tempo e que ainda repercute, em muitos corpos, nas dificuldades de se assumir, além do preconceito que existe relativo ao colorismo.

As oficinas aconteceram na Sala de Acolhimento do Centro Comunitário do Jardim Morro Azul, Limeira-SP. O grupo foi constituído por onze mulheres, na faixa etária entre 17 e 26 anos, graduandas dos cursos de Nutrição e Administração Pública da FCA/UNICAMP, todas nascidas e criadas do estado de São Paulo, com exceção de uma participante natural de Angola e moradora do Brasil há 13 anos. As graduandas se conheciam entre si, sendo de colegas em sala de aula, ou participantes de coletivos da faculdade, ou tendo amizades em comum. Se mostraram mulheres ativas em lutas e preocupações sociais, para além das aulas formais da Universidade. Assim, já existia uma identidade grupal enquanto mulheres negras.

A primeira oficina teve duração de duas horas e se configurou como uma Roda de Conversa cujo tema foi “Feminilidade e Negritude”. Foram muito partilhadas violências raciais relacionadas ao cabelo crespo/cacheado, principalmente sobre textura e volume, que aconteceram no ensino fundamental e no ensino médio. A não aceitação social do cabelo crespo e cacheado na fase da pré-adolescência e adolescência se mostrou como algo extremamente doloroso para as participantes da oficina. Essa era uma materialização do

racismo no crescimento e formação da identidade dessas mulheres, que tiveram sua autoimagem marcada por essas vivências de inferiorização da sua beleza.

Outro assunto muito discutido foi a sexualização, o machismo e o não respeito aos seus corpos. Nenhuma mulher presente afirmou que se sentia segura ao andar nas ruas sozinhas, nem naquelas ao redor da faculdade, mesmo com a segurança na portaria, as delegacias presentes no bairro ou durante o dia, principalmente se estivessem sozinhas. Olhares desrespeitosos sobre elas ou até comentários, gritos e buzinas apertadas tentando chamar sua atenção se mostrou uma realidade frequente e constrangedora para a maioria dessas graduandas. As partícipes relataram ter a impressão de que os homens que tinham esse tipo de atitude pareciam achar que era brincadeira ou que as estavam elogiando, mas, na realidade, isso as assustava.

A segunda oficina teve duração de duas horas e trinta minutos e se caracterizou por uma atividade de arteterapia com colagem cujo tema foi “Ancestralidade”. A ideia era construir o próprio conceito de ancestralidade, mostrando sua importância para a formação da identidade individual, em um pedaço de papel kraft. À disposição das participantes haviam materiais como sulfites coloridos, revistas para recorte, tesouras, colas em bastão, canetinhas e giz. Foi muito discutido o não-lugar ocupado por essa classificação racial e o não entendimento exato de suas origens. A parditude é o entendimento da origem mista de muitos brasileiros que têm, simultaneamente, origens indígenas, africanas, europeias e asiáticas, o que se traduz em diversos traços fenotípicos que demonstram visualmente essa diversidade genética e cultural.

No terceiro encontro, vieram à tona questões sobre miscigenação (na realidade do grupo todas as mulheres são filhas de um/uma branco/branca com um/uma preto/preta; uma participante é filha descendente de negros e indígenas; e outra é natural de Angola). Nessa diversidade de características e culturas, surge uma riqueza de traços e texturas de cabelos: alguns mais crespos, outros ondulados ou lisos. Independente da curvatura, foi consenso o desafio em aceitar a própria beleza, principalmente na infância e adolescência. Um questionamento que surgiu foi quando aconteceu esse momento de tomada de consciência sobre a liberdade de escolha em relação ao uso ou não do cabelo natural e foi consenso a resposta: na Universidade. Depois das discussões, as participantes se juntaram e fizeram tranças e penteados umas nas outras e compartilharam dicas de cuidados com seus cabelos.

CONCLUSÕES:

No recorte do pequeno grupo na dimensão subjetiva das integrantes das oficinas, faz-se a seguinte leitura: na primeira oficina, trabalhou-se a identidade enquanto mulheres

negras e a elucidação de vivências traumáticas decorrentes do racismo e machismo; na segunda, tratou-se de uma forma lúdica realizar a problematização freireana; na terceira oficina, visando o cuidado em saúde e a responsabilidade perante os relatos dolorosos, propôs-se a ressignificação do cabelo que sofreu bullying para a beleza singular da diversidade étnica dos cabelos das mulheres negras, através de afro penteados.

Constatou-se que o espaço universitário público está em um processo de mudança de mentalidades racistas e machistas para respeito às diversidades. Entretanto, destaca-se que essa pesquisa observou que na FCA/UNICAMP há possibilidades de conscientização da condição de mulher negra, trabalho de autoimagem e espaços libertários de expressão individual e coletiva.

BIBLIOGRAFIA

BEAUVOIR, S.O segundo sexo: a experiência vivida. Tradução: Sergio Milliet. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x200200010001>

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: -

GONZALEZ, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1785>

MINAYO, M. C. de S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PUGA, V. L. *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: UFGD, 2019.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017